

**PROGRAMA
MUNICIPAL
DE EXECUÇÃO
2026
[VILA DO CONDE]**

21/05/2026

ÍNDICE

I – Tramitação	3
Parecer	3
Aprovação	3
Revisão	3
Prazos de Revisão	4
II – Ficha Técnica	4
III - Sumário	5
Níveis de Adequação dos Projetos.....	7
IV Estratégia municipal de gestão integrada de fogos rurais.....	9
Orçamento	10
Cronograma anual de execução	12
V – Projetos de Implementação Municipal	13
IV.1 Projetos de Valorização dos Espaços Rurais	13
IV.2 Projetos de Cuidar dos Espaços Rurais	15
IV.3 Projetos de Modificação de Comportamentos	24
VI – Anexos	31
Projetos a aguardar Declinação Municipal decorrente do Planeamento PSA - AMP.....	31
Projetos sem Declinação Municipal.....	32
Matriz de Avaliação do Risco	35
Glossário	36
Cartografia de Detalhe	37

I - TRAMITAÇÃO

PARECER

O Programa Municipal de Execução (PME) de Vila do Conde, foi enviado para parecer da Comissão Sub-regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CSGIFR) da Área Metropolitana do Porto, em 10/03/2026, nos termos do disposto no número 4 do art.º 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, tendo recebido parecer favorável por unanimidade em 11/05/2026.

APROVAÇÃO

O PME de Vila do Conde foi aprovado em reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) de Vila do Conde, do dia 21 de maio de 2026 nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 29.º, conjugada com o do n.º 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro e o do n.º 4 do artigo 8.º do Despacho n.º 9550/2022.

REVISÃO

A revisão do PME de Vila do Conde terá uma periodicidade anual e consiste na reprogramação dos elementos de caracterização dos seus projetos, em função do acompanhamento e da concretização em ciclos anteriores. Neste processo de revisão podem ser removidas iniciativas cuja concretização tenha sido alcançada, cujo âmbito se tenha esgotado ou fato superveniente as torne redundantes ou ineficazes. No processo de revisão podem ser adicionados projetos e iniciativas que resultem de propostas dos programas, em função da sua fundamentação, ou de novas necessidades identificadas. Os projetos que tenham sido inteiramente concretizados podem ser removidos desde que deles não dependa a monitorização e reporte de metas inscritas no Programa Regional de Ação (PRA) do Norte, nos termos do disposto no art.º 9.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

PRAZOS DE REVISÃO

A CMGIFR de Vila do Conde realizará o levantamento de necessidades anualmente e definirá prioridades para o ano seguinte, que remeterá para parecer da CRGIFR do Norte, até 30 de junho de cada ano, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

Todos os instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais terminam os seus processos de revisão até 31 de outubro do ano anterior ao ano de produção de efeitos.

II - FICHA TÉCNICA

O PME de Vila do Conde foi elaborado por um conjunto de entidades com assento na CMGIFR de Vila do Conde conforme o estipulado no n.º 3 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro de 2021, em cumprimento do anexo 2 do Despacho n.º 9550/2022. A tabela 1. traduz a ficha técnica de autores da CMGIFR de Vila do Conde e as entidades parceiras do processo de elaboração do PME de Vila do Conde.

Tabela 1. Composição da CMGIFR de Vila do Conde

CMGIFR de Vila do Conde		
Entidade	Cargo	Representante
Câmara Municipal	Presidente	Vitor Costa
Câmara Municipal	Coordenadora Municipal de Proteção Civil	Susana Moreira
Bombeiros Voluntários de Vila do Conde	Comandante	Francisco Ferreira
Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF)	Chefe de núcleo	Paulo Bessa
Representantes Juntas de freguesia	Presidente de Junta de Canidelo	Nelson Lopes
Forças de Segurança da GNR Destacamento Territorial de Matosinhos - SEPNA	Sargento-Ajudante	Jorge Antunes
Forças de Segurança da Polícia de Segurança Pública	Comissário	Fernando Fraga
Portucalea - Associação Florestal do Grande Porto	Técnica	Helena Barbosa
Cooperativa Agrícola de Vila do Conde	Presidente	António Balazeiro

III - SUMÁRIO

O Programa Nacional de Ação (PNA), é aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, materializando as opções estratégicas do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho.

O Programa Sub-regional de Ação da Área Metropolitana do Porto (PSA-AMP), aprovado em 02 de outubro de 2025, transportou para a sub-região os projetos inscritos no Programa Regional Norte (PRA-N), em função da sua aplicabilidade. Este converte os objetivos Regionais em linhas de trabalho orientadoras para os PME e, em sentido inverso, captura da execução local as informações necessárias para adequar o planeamento nacional.

O PME de Vila do Conde define em detalhe as iniciativas a executar no território do concelho de Vila do Conde, concretizando os objetivos propostos no nível territorial superior em ações efetivas.

A Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Vila do Conde foi constituída a 01 de junho de 2022.

O PME de Vila do Conde conta com 8 projetos. Os 12 projetos são transpostos do PSA - AMP, sendo que em 8 projetos caracteriza-se as ações detalhadas a executar.

No âmbito da elaboração do PME de Vila do Conde, foram definidos 2 projetos-chave, entendendo-se por projetos chave aqueles que, por adaptação municipal aos objetivos sub-regionais, se relevam mais transformadores e mais rapidamente permitiram atingir o desígnio de “Proteger Portugal dos Incêndios Rurais Graves”, sendo priorizados em situação de restrição de recursos ou financiamento para execução.

A Figura 1 apresenta a extensão do concelho de Vila do Conde, definindo as áreas de implementação dos projetos.

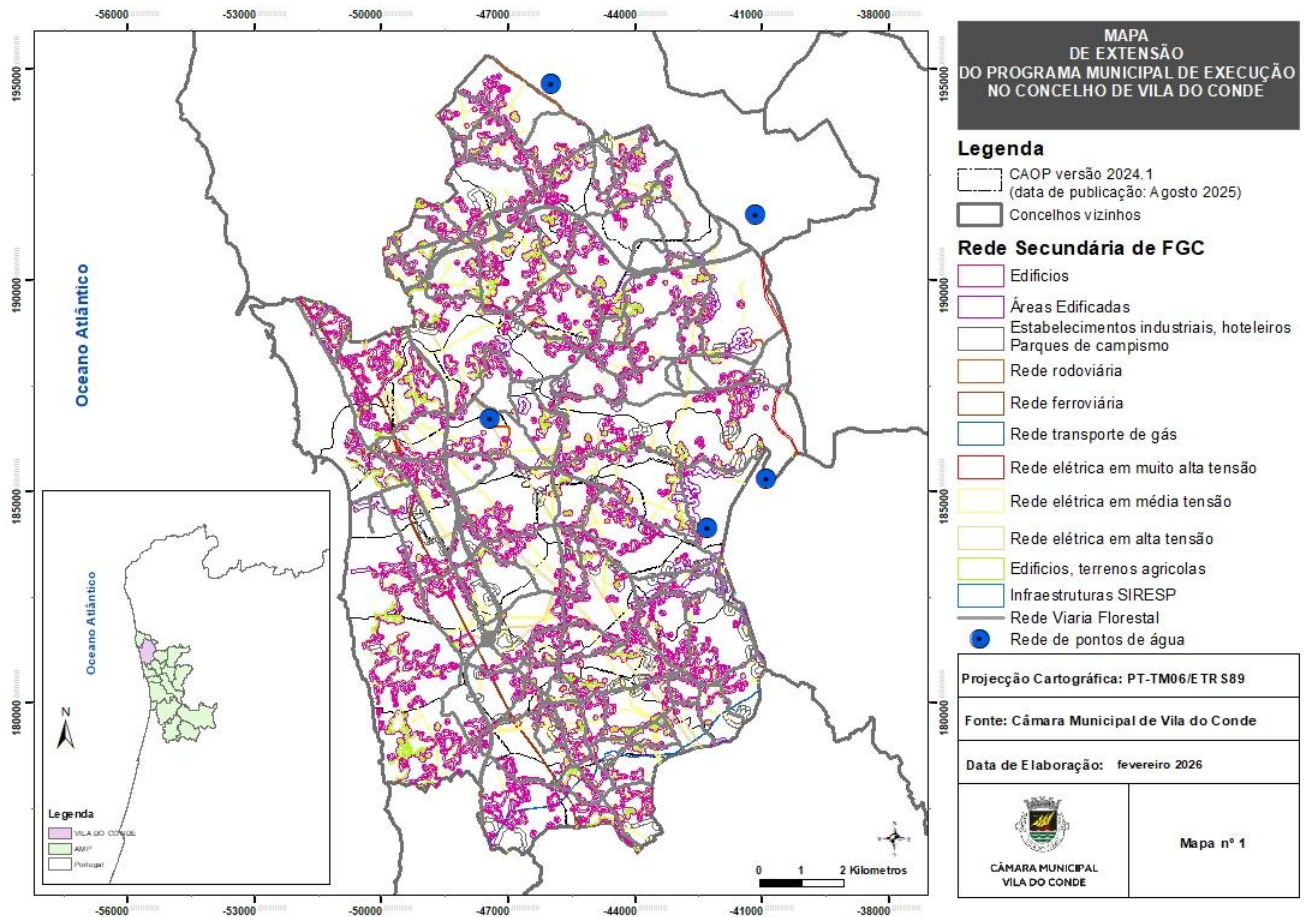
















































Figura 1 – Mapa de extensão do PME de Vila do Conde (1:100000)

NÍVEIS DE ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS

A tabela 2. resume a transposição das fichas de projeto regionais e sub-regionais à escala municipal, com os seus nomes resumidos (nome completo disponível nas fichas de projeto) indicando também os projetos chave do PSA e o nível de intervenção previsto para cada projeto.

Tabela 2. Transposição das fichas de projeto do PSA da AMP para o PME de Vila do Conde

Projeto	PSA	PME
1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada	 E	 E
1.1.3.2 Programa de Emparcelamento	 E	
1.2.1.1 Gestão agregada de territórios rurais	 E	
1.2.1.2 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)	 R	
1.2.2.1 Modelo de financiamento multifundos	 E	
1.2.2.2 Património florestal certificado numa ótica de circularidade	 E	
1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural	 E	
1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais	 E	
1.2.3.2 Aumento da remuneração dos proprietários florestais	 M	
2.1.1.1 Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP)	 E	
2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas	 E	
2.1.1.3 Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas áridas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais	 E	
2.1.1.4 Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM)	 M	 E
2.2.1.1 Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível	 R	
2.2.1.2 Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustível	 E	
2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária	 M	 E
2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível	 M	
2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor	 E	
2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas	 M	
2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos	 M	

2.2.1.9	Uso do fogo como estratégia integrada de gestão de fogos rurais	M	●
2.2.2.1	Promover processos de compostagem e geração de energia à escala local com base em biomassa e sobrantes e matos	M	●
2.2.2.1	Geração de energia à escala local com base em biomassa e sobrantes e matos	M	●
2.3.1.1	Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados	M	E
2.3.1.2	Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas	M	●
2.3.1.4	Programas "Aldeia Segura" e "Pessoas Seguras"	M	●
PT11D 2.3.1.5	Implementação e beneficiação das redes de defesa intermunicipais	M	E
3.1.1.2	Apoio à população na realização de queimadas e queimadas 	M	 E
3.1.1.3	Mecanismo de apoio à realização de queimadas	M	●
3.1.2.1	Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas 	M	●
3.1.2.2	Presença das Forças Armadas nas áreas críticas	M	●
3.1.2.3	Rede de vigilância e deteção de incêndios	E	●
3.1.3.3	Investigação e determinação das causas dos incêndios rurais	E	●
3.2.1.1	Comunicação integrada para o risco	E	●
3.2.1.2	Comunicação especializada de proximidade 	M	 E
3.2.1.3	Comunicação das entidades em contexto de emergência	M	●
3.2.1.4	Formação dos órgãos de comunicação social (OCS) para comunicação de risco	E	●
3.2.2.1	Práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco	M	E
4.1.1.2	Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão	M	●
4.1.2.1	Constituição e funcionamento das comissões de gestão integrada do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)	E	●
4.1.2.2	Programação e dimensionamento do sistema	R	●
4.1.2.3	Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução	E	●
4.1.2.4	Normas técnicas e diretivas operacionais	E	●
4.1.3.1	Orçamento do SGIFR com visão plurianual	R	●
4.2.2.1	Sistema de monitorização e avaliação 	M	●
4.2.2.3	Sistema de lições aprendidas	E	●
4.3.1.5	Centro Ibérico de Investigação, prevenção e combate aos incêndios rurais	E	●

4.3.2.3 Gestão da supressão



R

4.4.1.3 Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR



4.4.2.1 Programa de Intercâmbio de Peritos Internacionais



Legenda



Monitoriza

Agrega informação que avalia e sobre a qual decide intervenção de facilitação do processo ao seu nível territorial, e informa o nível de planeamento superior



Reporta

Reporta informação ao nível de planeamento superior (não pressupõe a execução de tarefas do projeto)



Executa

Concretiza o projeto, executando tarefas que lhe estão associadas (pressupõe o reporte ao nível de planeamento superior)



Sem intervenção

Não está prevista intervenção a este nível, para o projeto identificado



Projeto Chave

Projeto transformador de execução prioritária

IV ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

A estratégia municipal para a gestão integrada de incêndios rurais em Vila do Conde, delineada no Programa Municipal de Execução 2026, declina dois projetos-chave do PSA, o projeto-chave **3.1.1.2** Apoio à população na realização de queimas e queimadas e o projeto-chave 3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade, priorizando a redução do número de ignições e a alteração dos comportamentos de risco relacionados ao uso do fogo pela população.

Não obstante, pretende-se promover a gestão de combustível na interface urbano-rural e garantir uma maior resiliência dos espaços rurais aos incêndios rurais.

A tabela 3 resume o mapa de apuramento anual das principais metas e execução financeira, para os 8 projetos a intervir ao nível municipal. O PME de Vila do Conde conta com um orçamento global de 848842,35€.

Tabela 3. Mapa de apuramento anual das principais metas e execução financeira do PME

Projetos	Principais Metas (2026)	Orçamento (2026)
1.1.2.2 Sistema de Inf. Cadastral Simplificado	Aumentar a área cadastrada no Município	34 642, 35€
2.1.1.4 Transpor PROF para PDM	Proteger os espaços rurais e diminuir os elementos de risco no interior dos espaços rurais	0,00€
2.2.1.3 Garantir a gestão da Rede Secundária	Gestão e conservação da rede secundária, preparada para a prevenção e combate de incêndios rurais, com vista a reduzir os efeitos de passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos.	317 550,00€
2.3.1.1 Revisão e Imp. regras de defesa	Adequar as regras de gestão das redes de defesa ao benefício obtido; Proteger o território com eficiência financeira.	Sem declinação para a estratégia municipal
3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimadas	100% de resposta aos pedidos de esclarecimentos para a realização de queimas e	474 000,00 €

	queimadas, via plataforma Queimas e Queimadas	
3.2.1.2 Comunicação Especializada de Proximidade	Aumento da sensibilização da população para a adoção de comportamentos mais seguros, aumentando a proteção das populações e espaços rurais.	3 500,00€
3.2.2.1 Práticas Pedagógicas EB/ES para o risco	Aumento da sensibilização da população para a adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas	5 000, 00€
PT11D 2.3.1.5. Implementação e beneficiação das redes de defesa intermunicipais (rede Viária e Rede de Pontos de água)	Garantir a operacionalidade das infraestruturas das redes de defesa, na componente da rede viária florestal e da rede de pontos de água.	15 000,00€
Total 8 projetos		€ 849 692,35

Nota técnico-financeira explicativa

Em algumas fichas de projeto encontram-se sem orçamento definidos, em virtude de carecerem de uma procura por fontes de financiamento, bem como de um apuramento dos custos.

CRONOGRAMA ANUAL DE EXECUÇÃO

A tabela 4 apresenta o cronograma anual de execução dos 8 projetos com declinação no PME de Vila do Conde para o ano de 2026.

Tabela 4. Cronograma anual de execução dos projetos com declinação do PME de Vila do Conde

Projeto	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
1.1.2.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.1.1.4	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.1.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.3.1.1	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
PT11D	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.3.1.5												
3.1.1.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.2.1.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.2.2.1	■	■	■	■	■				■	■	■	■

V - PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL

A aplicação dos projetos abaixo identificados é subsidiária do inscrito em ficha de projeto do PSA-AMP, sendo essas fichas a referência para consulta.

A legenda de cada ficha de projeto do PME é a seguinte: **R** – Responsável; **A** – Autoriza; **S** – Suporta; **C** – Consultado; **I** – Informado; **F** – Fiscaliza; **PLAN** – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão; **POSE** – Pós-Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

IV.1 PROJETOS DE VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS



VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

() SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA									1.1.2.2			
Objetivos Colaborar na modernização dos processos administrativos que conduzem à identificação detalhada do cadastro, como: - Promover a adoção do BUPi Promover um plano de atividades de comunicação que envolva os cidadãos na criação do cadastro Principais resultados esperados Maior área cadastrada, no Município com prioridade às áreas de maior vulnerabilidade, resultando num maior número de proprietários identificados. Ações mais direcionadas com contacto direto ao proprietário					Principais entidades envolvidas							
					R AMP, Municípios A Comissão Municipal GIFR S DGT, CCDRN, IRN, eBUPI C IFAP, ICNF, DGADR I AGIF; AMP F Comissão Regional GIFR							
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC				
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 34 642,35 €												
Indicadores					Unidade			Meta 2026				
• N.º de RGG submetidas					N.º			1500				
• Total da área de RGG submetidas					Hectares			-				

Gestão de risco do projeto

- Ameaças: Fraca adesão dos proprietários ao Sistema de Informação Cadastral, Ausência de base legal de interoperabilidade do Bupi, o que limita o acesso à informação de titularidade por parte das entidades com responsabilidade no âmbito do SGIFR.
- Risco Total: Alto (S3P5)
- Resolução Geral: Campanha de divulgação, Publicação de Base legal de interoperabilidade do Bupi

Iniciativa n.º 1

Fonte Financiamento

- Garantir a adoção do BUPI: Operacionalizar o cadastro simplificado

Município

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1) Recursos Humanos afetos ao projeto Bupi	Município	34 642,35
Total (€)		34 642,35€

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações:

O Município de Vila do Conde aderiu ao projeto Balção Único do Prédio (BUPi) junto da Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema cadastral simplificado em 26 de julho de 2021.

O Município de Vila do Conde dispõe de 18124 matrizes rústicas e mistas. Até ao final do ano de 2025 foram finalizados 5630 RGG, que corresponde a cerca de 31% do total das matrizes.

A meta para o indicador "N.º de RGG submetidas" foi estabelecida com base no histórico dos últimos 3 anos de funcionamento do BUPi no Município.

Relativamente ao indicador "Total da área de RGG submetidas" não foi estabelecido uma meta, face à dificuldade de estabelecer uma área total atendendo à diferenciação de áreas por RGG.

O custo do projeto diz respeito aos honorários de dois colaboradores, um a tempo inteiro e um outro a meio tempo.

IV.2 PROJETOS DE CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

TRANSPOR OS PROGRAMAS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL (PROF) PARA OS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS (PDM)										2.1.1.4	
Objetivos Garantir a transposição dos PROF para os PDM					Principais entidades envolvidas						
Principais resultados esperados Proteger os espaços rurais e diminuir os elementos de risco no interior dos espaços rurais					R Município A Comissão Municipal GIFR S DGT, AMP C CCDR I AGIF, ICNF F CCDR						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 0€											
Indicadores						Unidade			Meta		
1) PDM com PROF transposto						Nº			1		
Gestão de risco do projeto											
<ul style="list-style-type: none"> Risco Total: Moderado (S3P3) Ameaças: Atraso no processo de revisão do PDM Resolução Geral: Disponibilização por parte do ICNF I.P de um guia Orientador para a transposição dos PROF para os PDM 											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
<ul style="list-style-type: none"> Transpor as disposições do PROF para o Plano Diretor Municipal em processo de revisão do PDM 								OM			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
1) Equipa de Projeto Municipal				OM				-			

Total (€) 0 €
Gestão de risco da iniciativa
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto
Observações
Não foi atribuído um orçamento a esta ficha, dado que o processo de transposição das disposições do PROF para o Plano Diretor Municipal foi efetuado por uma equipa Municipal.

GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA								2.2.1.3	
Objetivos Execução da gestão de combustível, conforme estipulado no artigo 49º do DL 82/2021, na sua atual redação.					Principais entidades envolvidas				
Principais resultados esperados Gestão e conservação da rede secundária, preparada para a prevenção e combate de incêndios rurais, com vista a reduzir os efeitos de passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos.					<ul style="list-style-type: none"> R Município, Entidades Gestoras FGC A Comissão Municipal GIFR S AGIF, ANEPC, AMP, ICNF C AGIF, ANEPC, AMP, ICNF I ANEPC, AGIF F GNR, CRGIFR, CSGIFR 				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 336 700,00 €									
Indicadores					Unidade			Meta	
1) Gestão Efetiva de FGC					ha			144,5 ha	
2) *Taxa de cumprimento das FGC da responsabilidade dos privados em manchas florestais contínuas com mais de 100 ha					%			20%	
Gestão de risco do projeto									
<ul style="list-style-type: none"> Risco Total: Alto (S4 P4) Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> A execução das faixas de gestão de combustível representa elevados encargos para o proprietário/responsável pela intervenção, atendendo à reduzida dimensão dos espaços florestais, ao elevado crescimento da vegetação e à forte propagação de espécies invasoras, condições que comprometem o cumprimento e a manutenção dos critérios para a gestão de combustível. Ausência de financiamento para projetos de gestão de combustível, fora das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP´S). No concelho de Vila do Conde, a aplicação do Decreto-Lei n.º 82/2021, que institui o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), tem vindo a produzir efeitos que se afastam do espírito consagrado no respetivo preâmbulo. Num território maioritariamente agrícola, a execução das faixas de gestão de combustível e de outras medidas associadas ao 									

SGIFR tem, na prática, acelerado a conversão de áreas florestais em espaços agrícolas, contribuindo para a redução da mancha florestal, em vez da sua gestão ativa e qualificada.

Paralelamente, constata-se que o enquadramento legal tem sido frequentemente mobilizado para a resolução de conflitos de vizinhança — designadamente questões relacionadas com sombra projetada pelas árvores, humidade em edificações ou acumulação de folhas — situações que, embora legítimas no plano das relações privadas, não se enquadram nos objetivos estruturantes do sistema.

Deste modo, a aplicação do SGIFR acaba por servir interesses circunstanciais e desgarrados dos princípios orientadores do diploma, que visam a prevenção estrutural do risco de incêndio rural, a gestão integrada da paisagem e a valorização sustentável do território, e não a eliminação indiscriminada de coberto arbóreo por razões alheias à defesa da floresta contra incêndios.

- Resolução Geral: Reconhecimento e valorização do espaço florestal pelos serviços de ecossistema que oferece — designadamente, pelos seus serviços de regulação e de suporte, serviços fundamentais para mitigar os impactos da atividade agropecuária praticada em regime intensivo.

- Linha de financiamento para apoiar a execução das faixas de gestão de combustível, em particular o controlo de espécies invasoras nas faixas de gestão de combustível.

- Apesar de no PSA da AMP não se ter aprovado faixas com largura inferior às larguras padrão definidas no decreto-lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, para os territórios com perigosidade de incêndio muito baixa, baixa ou medida, importa que essa situação seja reavaliada em sede de revisão do PSA, dado que a AMP abrange concelhos com realidade florestais bem distintas, e conforme referido, no concelho de Vila do Conde, a execução obrigatória das FGC tem conduzido à destruição da floresta na totalidade do prédio rústico.

Iniciativa n.º 1										Fonte Financiamento		
<ul style="list-style-type: none"> • Executar e monitorizar a gestão de combustível na rede secundária de faixas 										OM, Orçamento das entidades públicas)		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos												
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)				
1) Execução de FGC Município				OM				10,6 ha (Valor de referência de 1500€) = 15 900,00€				
2) Execução de FGC IP Rodovia				IP				15,2 ha (Valor de referência de 1500€) = 22 800,00€				

3) Execução de FGC Ascendi	Ascendi	13,6ha (Valor de referência de 1500€) = 20 400,00€
4) Execução de FGC Norte Litoral	Norte Litoral	37,7 ha (Valor de referência de 1500€) = 56 550,00€
5) Execução de FGC Metro do Porto	Metro do Porto	33,4 ha (Valor de referência de 1500€) = 50 100,00€
6) Execução de FGC E-redes	E-Redes	29,7 ha (Valor de referência de 1000€) = 29700,00€
7) Execução de FGC REN Elétrica	REN	0 ha
8) Execução de FGC REN Gasodutos	REN	4,3 ha (Valor de referência de 500€) = 2150,00€
9) Execução de FGC (em substituição das entidades)	OM	A definir
Total (€)		197 550,00€
Gestão de risco da iniciativa		
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto 		
Observações		
<p>A execução de FGC no âmbito do n.º 4 é da responsabilidade das respetivas entidades, sendo que a CMVC poderá vir a intervir de forma coerciva, no entanto, à data, não é possível, quantificar os custos de execução. A execução coerciva dependerá da disponibilidade de recursos financeiros e da disponibilidade de meios técnicos e humanos.</p>		

Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento		
<ul style="list-style-type: none"> Identificar áreas prioritárias para a gestão de combustível de acordo com o potencial de grandes incêndios e a vulnerabilidade dos elementos a proteger 												
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	
Recursos												
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)				
1) Execução voluntária das FGC da responsabilidade de privados nas manchas contínuas com mais de 100ha				Privados				80 ha (valor de referência de 1500€) = 120 000,00€				
2) Execução coerciva das FGC				OM				A definir				
Total (€)										120 000,00 €		
Gestão de risco da iniciativa												
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto 												
Observações												
<p>O concelho de Vila do Conde não dispõe de áreas prioritárias (APPS) por essa razão adaptou-se o indicador constante no Plano sub-regional de ação "Taxa de cumprimento nas áreas prioritárias (APPS)" para a "Taxa de cumprimento nas manchas florestais contínuas com mais de 100 ha"</p> <p>A execução de FGC no âmbito do n.º 5, 6 e 7 é da responsabilidade dos privados, sendo que a CMVC poderá vir a intervir de forma coerciva, no entanto, à data, não é possível, quantificar os custos de execução. A execução coerciva dependerá da disponibilidade de recursos financeiros e da disponibilidade de meios técnicos e humanos.</p> <p>Será realizado um maior esforço de sensibilização e de fiscalização junto destas manchas florestais contínuas com mais de 100 ha, de forma promover a gestão efetiva de FGC.</p> <p>Nas manchas florestais contínuas com mais de 100 ha, foram contabilizados:</p> <p>FGC com intervenção (ocupações não compatíveis) relativa ao n.º 5 do artigo 49.º - 147,5 ha;</p> <p>FGC com intervenção (ocupações não compatíveis) relativa ao n.º 6 do artigo 49.º - 198,6 ha;</p> <p>FGC com intervenção (ocupações não compatíveis) relativa ao n.º 7 do artigo 49.º - 49,1 ha;</p> <p>No ano de 2026 foi estabelecida uma meta de execução de 20%, o que corresponde a aproximadamente 80 ha de execução de FGC.</p> <p>Para efeitos de monitorização e cumprimento da meta estabelecida ao nível das faixas de gestão de combustível da responsabilidade dos privados em manchas contínuas com mais de 100 ha, serão contabilizadas todas as FGC inseridas nas manchas contínuas com mais de 100 ha que sofreram intervenções de gestão, mesmo que a sua intervenção não esteja prevista para o ano de 2026.</p>												

REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS REGRAS DAS REDES DE DEFESA PELOS PRIVADOS										2.3.1.1	
Objetivos Acompanhar o desenvolvimento do projeto no PME					Principais entidades envolvidas R GNR A Comissão Municipal GIFR S ICNF, Município, AGIF, AMP C Município, PSP I GNR F CRGIFR, CSGIFR						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A definir											
Indicadores					Unidade			Meta			
1) Número de sinalizações					%			90			
2) N.º de autos					%			55			
3) Taxa de cumprimento voluntário					%			45			
4) Número médio de ações de fiscalização nas freguesias com maior número de ignições nos últimos 5 anos e nas manchas contínuas com mais de 100 ha					Nº			92			
Gestão de risco do projeto <ul style="list-style-type: none"> Ameaças: A amplitude das competências territoriais e a diversidade das áreas de atuação exigem uma gestão criteriosa dos meios operacionais disponíveis para assegurar a eficácia das ações de patrulhamento. Risco Total: Moderado 9 (S3P3) Resolução Geral: Reforçar a capacidade operacional de patrulhamento e fiscalização através da alocação de meios específicos e da consolidação de fontes de financiamento. 											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
<ul style="list-style-type: none"> Promover ações de patrulha nas freguesias com maior número de ignições, nos últimos 5 anos e nas manchas contínuas com mais de 100 ha. 							GNR				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			

1) Equipa do SEPNA de Matosinhos (2 elementos), horários: 7h-13h; 13h-19h, 19h-01h	GNR	Sem declinação para a estratégia municipal.
Total (€)		Sem declinação para a estratégia municipal.
Gestão de risco da iniciativa		
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto 		
Observações		
<p>O município de Vila do Conde não dispõe de freguesias prioritárias, pelo que haverá uma maior incidência de ações de patrulha nas freguesias com maior número de ignições, nos últimos 5 anos e nas manchas contínuas com mais de 100 ha.</p>		

IMPLEMENTAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DAS REDES DE DEFESA INTERMUNICIPAIS									PT11D 2.3.1.5
Objetivos Estabelecer metas e definir as tipologias de intervenção para as ações de infraestruturização das redes de defesa Principais resultados esperados Garantir a operacionalidade das infraestruturas das redes de defesa, na componente da rede viária florestal e da rede de pontos de água.					Principais entidades envolvidas				
					R	Município			
					A	Comissão Municipal GIFR			
					S	ICNF, Proprietários florestais, ZIF's, OPF, Juntas de Freguesia			
					C	AGIF, ICNF, DGT, OPF, Produtores Agrícolas			
					I	AMP, Município			
F	Comissão Regional GIFR, CSGIFR								
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 15 000,00€									
Indicadores					Unidade			Meta	
1) Rede viária florestal intervencionada					Km			2,5	
2) Pontos de água construídos					n.º			0*	
3) Infraestruturas para aéreos/mistos intervencionadas (%)					%			0**	
4) Operacionalidade da rede de pontos de água (%)					%			100***	
5) Atualização da base de dados das redes de defesa					%			100	

Gestão de risco do projeto

- Ameaças: Elevada densidade de rede viária florestal dada a fragmentação do espaço florestal e que condiciona a manutenção do bom estado da rede viária. A frequente circulação de maquinaria agrícola de elevadas dimensões coloca em causa o bom estado dos caminhos.
- Risco Total Moderado (S3P3)
- Resolução Geral: Sensibilização dos proprietários/operadores florestais e agrícolas para a conservação das infraestruturas públicas; necessidade de priorização das necessidades de intervenção;

Observações

*Não está prevista a construção de pontos de água no ano de 2026;

**Não está prevista a intervenção de infraestruturas para aéreos/mistos no ano de 2026;

*** Os pontos de água que o concelho possui são pontos de água aéreos (Pedreira de Fornelo e Areeiro em Árvore/Tougues), os quais estão operacionais e não carecem de nenhuma intervenção no ano de 2026. Por esta razão não estabelecemos neste PME, nenhuma iniciativa para os Pontos de água.

Relativamente às necessidades de intervenção na rede viária do concelho de Vila do Conde, apresentadas no PSA da AMP, entende-se que estas devem ser revistas. Num concelho como o de Vila do Conde, com uma área florestal fortemente fragmentada por áreas agrícolas de regadio e tecido urbano, a área total de floresta do concelho e a densidade de caminhos recomendada de 30 m/ha não podem ser analisadas de forma dissociada da dimensão e da dispersão das manchas florestais.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
• Intervenções na rede viária florestal	OM

Calendarização

Jan Feb Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso (€)	Custo (€)
1) Intervenções ao nível da Regularização de piso	OM	15 000,00€
Total (€)		15 000,00 €

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento		
<ul style="list-style-type: none"> Atualização da base de dados das redes de defesa 										OM		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos												
Identificação do recurso					Origem do recurso (€)				Custo (€)			
2) Afetação de um recurso humano para a atualização da base de dados					OM				0,00€			
										Total (€) 0,00 €		
Gestão de risco da iniciativa												
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto 												
Observações												
Não se imputou custos a esta iniciativa pois o trabalho será realizado por um elemento afeto ao serviço do Gabinete Técnico Florestal.												

V.3 PROJETOS DE MODIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

APOIO À POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS							3.1.1.2.		
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar apoio e oferecer recomendações práticas e informação útil à população de forma a incentivar a adoção de comportamentos responsáveis reduzindo o risco das queimas e queimadas, através da articulação com diversas entidades locais e utilização dos meios de comunicação mais eficazes. Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> Sensibilização da população através da disponibilização de informação útil e redução de comportamentos de risco nas queimas e queimadas; Redução do número de acidentes em queimas e queimadas através do apoio das entidades locais; Redução do número de queimas e queimadas não autorizadas. Redução do número de acidentes e área ardida resultantes de queimas e queimadas 				Principais entidades envolvidas					
				R	ICNF e Municípios		A	Comissão Municipal GIFR	
				C	IPMA, AGIF		I	ICNF	
				F	CRGIFR, CSGIFR				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento global do projeto neste PME (€): 474 000,00€									
Indicadores				Unidade			Meta		
1) Município aderente à Plataforma das Queimas e Queimada				%			100%		
2) Município com a totalidade dos pedidos centralizados na plataforma operacionalizada pelo ICNF I.P.				%			100%		
3) Resposta aos pedidos de autorização para a realização de queimas e queimadas				%			100%		
4) Dias de suporte e apoio logístico para a realização de queimas e queimadas				N.º			*		
5) Pessoas acidentadas como grave em queimas e queimadas por ano				Nº			0%		
6) Ações de capacitação de entidades locais				N.º			**		

Gestão de risco do projeto

- Ameaças: Elevada adesão da população mais envelhecida à realização de queimas de sobrantes de exploração. Esta população está pouco familiarizada com as plataformas informáticas pelo que apresentam maior dificuldade no registo das queimas; Fragilidades informáticas na plataforma, perante um elevado número de acessos.
- Risco Total Moderado 9 (S3P3)
- Resolução Geral: Apoiar a população no registo das queimas. Disponibilizar informação meteorológica e folhetos informativos sobre a execução de queimas privilegiando meios de proximidade, quer na plataforma quer por apoio telefónico ou presencial.

Observações

- * Não foram estabelecidas metas para este indicador no ano de 2026, uma vez que, de acordo com o histórico de registos na Plataforma Queima e Queimadas, os requerentes, por norma, não solicitam este tipo de apoio. Ainda assim, caso venha a ser apresentado algum pedido através da plataforma, será assegurado o respetivo apoio com recurso à Equipa de Sapadores Florestais SF02-114.
- ** Não foram estabelecidas metas para este indicador no ano de 2026 (Ações de capacitação de entidades locais), uma vez que já foram realizadas ações de capacitação dirigidas às Juntas de Freguesia e ao Balcão Único da CMVC, em anos anteriores, encontrando-se o apoio ao registo dos pedidos de queimas e queimadas a funcionar adequadamente. Acresce que o Gabinete Técnico Florestal mantém uma articulação permanente com estas entidades, para o esclarecimento de dúvidas e comunicação de alterações ao enquadramento legal.

Iniciativa n.º 1										Fonte de Financiamento	
Centralizar a informação da realização das queimas e queimadas na Plataforma eletrónica disponibilizada pelo ICNF										OM,	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
1) Afetação de recursos humanos ao projeto				Juntas de freguesia/Balcão Único da CMVC				NA			
Total (€) - 0,00€											
Gestão de risco da iniciativa											
•O referido na gestão de risco do projeto											
Observações											
A iniciativa n.º 1 integra-se no âmbito do funcionamento dos serviços afetos às Juntas de freguesia e ao Balcão Único da CMVC pelo que não foram afetos custos a esta iniciativa.											

Iniciativa n.º 2										Fonte de Financiamento	
<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar informação meteorológica e folhetos informativos sobre a execução de queimas privilegiando meios de proximidade, quer na plataforma quer por apoio telefónico ou presencial 										OM	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
1) Disponibilização de informação no site municipal sobre Queimas e Queimadas, incluído FAQ'S				CMVC				NA			
Total (€)										0,00 €	
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto 											
Observações											

Iniciativa n.º 3										Fonte de Financiamento	
<ul style="list-style-type: none"> Assegurar alternativas de recolha de sobranes (recolha junto de municípios e juntas de freguesias, disponibilização de contentores e de unidade de recolhas) 										OM	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
2) Recolha de verdes em contentores apropriados na via pública				OM				474 000,00€			
Total (€)										474.000,00 €	
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"> Ameaças: Colocação de contaminantes no contentor de resíduos verdes; Risco Total: o referido na gestão de risco do projeto Resolução Geral: Reforçar a sensibilização da população na gestão de resíduos. 											
Observações											

COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE										3.2.1.2			
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> • Criar ações de sensibilização da população a nível local seguindo uma abordagem personalizada à região e aos seus fatores de risco mais relevantes para a adoção de práticas mais seguras no âmbito da prevenção e combate a incêndios por parte de toda a comunidade Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da sensibilização da população para a adoção de comportamentos mais seguros, aumentando a proteção das populações e espaços rurais. 					Principais entidades envolvidas <ul style="list-style-type: none"> R Município, ANEPC, GNR, ICNF A Comissão Municipal GIFR S AMP, CCDR, OPF, Corporações de Bombeiros, DGADR, DGESTE C AGIF, entidades da comunidade local, OPF I CIM F CRGIFR, CSGIFR 								
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC					
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 3 500,00€													
Indicadores					Unidade			Meta					
Iniciativas locais para prevenção de incêndios rurais					Nº			2					
cidadãos abrangidos por cada iniciativa					Nº			15					
ações nos canais de comunicação					Nº			2					
Gestão de risco do projeto													
<ul style="list-style-type: none"> • Ameaças: Pouca participação nas sessões de esclarecimento no âmbito dos incêndios rurais • Risco Total: Moderado 9 (S3P3) • Resolução Geral: Assegurar a divulgação da informação através dos meios da imprensa local; diversificar as iniciativas de sensibilização, promovendo iniciativas de âmbito cultural e adoção de diferentes linguagens artísticas para a comunicação de redução do risco de incêndio rural 													
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento					
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações de comunicação de proximidade nas comunidades para suporte dos projetos inscritos nos PSA, ações de sensibilização de proximidade junto das comunidades locais de maior risco 								OE					
Calendarização													
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1) Ações de sensibilização a desenvolver no âmbito de campanhas nacionais ("Floresta segura da GNR, Raposa Chama da AGIF), Campanhas da Associação Florestal do Grande Porto;	GNR/ICNF/Município/Associação Florestal	0€
2) Ações de voluntariado (controlo de espécies invasoras, projetos de arborização e de restauro ecológico) no âmbito da prevenção de incêndios rurais	GNR/ICNF/Município/Associação Florestal/Associações Ambientais/CRE.Porto	1 000,00
3) Comunicação nas Redes Sociais, Imprensa local, plano de comunicação da Sub-região da AMP	Município	2 500,00
Total (€)		3 500,00 €

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Para esta iniciativa foram afetos custos para a organização de Ações de voluntariado, designadamente para aquisição de equipamento individual (ex: luvas), material de trabalho (tesouras, enxadas, ...) e os custos de publicitação nos meios da imprensa local. Para as ações de sensibilização que estão integradas em campanhas nacionais (Portugal Chama" e "Escola Segura" não foram afetos custos.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO										3.2.2.1	
Objetivos Identificar públicos-alvo Desenvolver plano de comunicação municipal focado nas mensagens dirigidas aos públicos-alvo Principais resultados esperados Aumento da sensibilização da população para a adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas					Principais entidades envolvidas R Municípios/DGESTE A Comissão Municipal GIFR S AGIF, ICNF, ANEPC, IPMA, CIM C I DGESTE F CRGIFR, CSGIFR						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 5 000,00€											
Indicadores					Unidade			Meta			
Número turmas aderentes, no concelho					Nº			2			
N.º de alunos aderentes, por ciclo de ensino, que desenvolvem trabalho de conhecimento das boas práticas de valorização da natureza					Nº			300			
Gestão de risco do projeto <ul style="list-style-type: none"> Risco Total: Moderado 9 (S3P3) Ameaças: Pouca adesão das escolas à adaptação de novos projetos ao plano curricular Resolução Geral: Valorizar as escolas e os professores pela adesão as práticas pedagógicas referentes à valorização dos recursos florestais e à sensibilização e às medidas de autoproteção 											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
<ul style="list-style-type: none"> Dinamização do projeto NSA "A natureza é a nossa sala de aula" do Cre. Porto 							Município				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo (€)			
1) Guiões, ações de formação					Município/CRE.Porto			4 000,00			
							Total (€)		4 000,00 €		
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto 											

Observações											
Os custos afetos a esta iniciativa referem-se ao protocolo existente entre o Município e o CRE. Porto para a dinamização deste projeto.											
Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento	
<ul style="list-style-type: none"> Sensibilização da comunidade escolar para a valorização da natureza 										Município	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
2) Ações de sensibilização				Município/outras entidades							
3) Ações de voluntariado prevenção de incêndios rurais (controlo de espécies invasoras, plantação de espécies autóctones, entre outras ações)				Município/outras entidades				1 000,00€			
								Total (€)		1 000,00€ €	
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto 											
Observações											
Para esta iniciativa só foram afetos custos para a organização de Ações de voluntariado, designadamente para aquisição de equipamento individual (ex: luvas) e material (tesouras, enxadas, ...). As ações de sensibilização serão realizadas pelo Gabinete Técnico Florestal/ CMIA – Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental de Vila do Conde/Serviços de Arqueologia no âmbito do serviço que prestam à comunidade escolar.											

VI - ANEXOS

PROJETOS A AGUARDAR DECLINAÇÃO MUNICIPAL DECORRENTE DO PLANEAMENTO PSA - AMP

PROJETOS INTEGRADOS DE BIOECONOMIA E ECONOMIA CIRCULAR	PT11C1.2.2.6
Pressupõe a definição de projetos piloto definidos no nível regional.	
GESTÃO DA PAISAGEM E REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	2.1.1.2
Não tem maturidade para se avançar com o projeto ao nível dos PME, aguarda definição metodologia para pagamento SE, regulamentação, etc.	
PROTEÇÃO DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR	2.2.1.5
Aguarda definição do nível sub-regional para identificação concreta das áreas a intervir	
PROMOVER O APOIO AO PASTOREIO EXTENSIVO COM REBANHOS	2.2.1.7
Pressupõe a definição da localização de projetos piloto a definir no nível sub-regional	
PROMOVER PROCESSOS DE COMPOSTAGEM	2.2.2.1
Pressupõe a definição da localização de projetos piloto a definir no nível sub-regional	
PROMOVER GERAÇÃO DE ENERGIA À ESCALA LOCAL COM BASE EM BIOMASSA	2.2.2.2
Pressupõe a definição da localização de projetos piloto a definir no nível sub-regional	

PROJETOS SEM DECLINAÇÃO MUNICIPAL

PROGRAMA DE EMPARCELAMENTO	1.1.3.2
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
PROGRAMAS DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM	1.2.1.2
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
MODELO DE FINANCIAMENTO MULTIFUNDOS	1.2.2.1
Projeto não transitado decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
PATRIMÓNIO FLORESTAL CERTIFICADO NUMA ÓTICA DE CIRCULARIDADE	1.2.2.2
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA-AMP, pois aguarda-se a definição de uma estratégia sub-regional no âmbito da certificação.	
DIVERSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL	1.2.2.4
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
MULTIFUNCIONALIDADE S. AGROFLORESTAIS	1.2.2.5
O concelho de Vila do Conde apresenta uma intensa atividade agrícola em regime intensivo e em crescimento, não está integrado em zonas desfavorecidas, pelo que o desenvolvimento de projetos para o aproveitamento de recursos agroflorestais não é significativo.	
AUMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS	1.2.3.2
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	

ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM	2.1.1.1
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	

GESTÃO DAS GALERIAS RIBEIRINHAS	2.2.1.6
Este Projeto não declina para o PME de Vila do Conde porque o território de Vila do Conde não apresenta territórios vulneráveis e áreas prioritárias de prevenção e segurança, critérios adotados no PSA para o mapeamento de galerias ribeirinhas estratégicas.	

GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS E ENVOLVENTES DE ÁREAS EDIFICADAS (CONDOMÍNIOS ALDEIA)	2.3.1.2
<p>Este Projeto não declina para o PME de Vila do Conde, atendendo à realidade específica do território, com manchas florestais muito fragmentadas pela prática agrícola com culturas de regadio, considerada uma das ocupações compatíveis, aplicáveis a redes de gestão de combustível e nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível, de acordo com o disposto no artigo 47º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, o que não justifica o investimento em maiores áreas de gestão de combustível.</p>	
PROGRAMAS ALDEIA SEGURA E PESSOAS SEGURAS	2.3.1.4
<p>Projeto não transitado para o nível municipal, pois no concelho de Vila do Conde não foi desenvolvido, até à data, o programa Aldeia segura Pessoas Seguras, atendendo à realidade específica do território, com áreas urbanas fortemente compartimentadas por rede viária e campos agrícolas. A floresta existente está muito fragmentada pelo uso agrícola, considerada uma das ocupações compatíveis, aplicáveis a redes de gestão de combustível e nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível, de acordo com o disposto no artigo 47º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.</p>	
MECANISMO DE APOIO À REALIZAÇÃO DE QUEIMADAS	3.1.1.3
<p>Projeto não transitado para o nível municipal, porque no concelho de Vila do Conde não tem historial de realização de queimadas, atendendo ao tipo de gestão florestal praticada e à dimensão das propriedades rústicas.</p>	
PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS CRÍTICAS	3.1.2.2
<p>Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP</p>	
INVESTIGAÇÃO E DETERMINAÇÃO DAS CAUSAS DOS INCÊNDIOS RURAIS	3.1.3.3
<p>Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP</p>	
COMUNICAÇÃO INTEGRADA PARA O RISCO	3.2.1.1
<p>Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP</p>	
FORMAÇÃO DOS ORGÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (OCS) PARA COMUNICAÇÃO DE RISCO	3.2.1.4
<p>Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP</p>	

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS METEOROLÓGICOS FORNECIDOS A ENTIDADE COM CAPACIDADE DE DECISÃO	4.1.1.2
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE GESTÃO INTEGRADA DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS (SGIFR)	4.1.2.1
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
PROGRAMAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA	4.1.2.2
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E DE EXECUÇÃO	4.1.2.3
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
NORMAS TÉCNICAS E DIRETIVAS OPERACIONAIS	4.1.2.4
ORÇAMENTO DO SGIFR COM VISÃO PLURIANUAL	4.1.3.1
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	4.2.2.1
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
SISTEMA DE LIÇÕES APRENDIDAS	4.2.2.3
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO RISCO

Avaliação de risco dos Projetos:

Deve resumir os principais riscos identificados e a abordagem geral aos mesmos, destacando também se as principais ameaças são externas ou internas.

Conduzir um ciclo de planeamento e gestão de risco (fatores externos e internos):

- Identificar o risco;
- Analisar o risco;
- Avaliar e classificar o risco; (através da tabela)
- Resolução do risco: como evitar (medidas preventivas), como aceitar (aumento da resiliência), comotransferir o risco ou como reduzir (medidas de mitigação e corretivas).

<u>Severidade</u> Probabilidade	<u>Negligenciável(1)</u>	<u>Baixa(2)</u>	<u>Média(3)</u>	<u>Grave(4)</u>	<u>Catastrófica(5)</u>
Quase certa (5)	Moderado5	Elevado 10	Alto 15	Alto 20	Extremo 25
Alta (4)	Baixo4	Moderado8	Elevado 12	Alto 16	Alto 20
Média (3)	Baixo3	Moderado6	Moderado9	Elevado 12	Alto 18
Baixa (2)	Baixo2	Baixo4	Moderado6	Moderado8	Elevado 10
Rara (1)	Baixo1	Baixo2	Baixo3	Baixo4	Moderado5

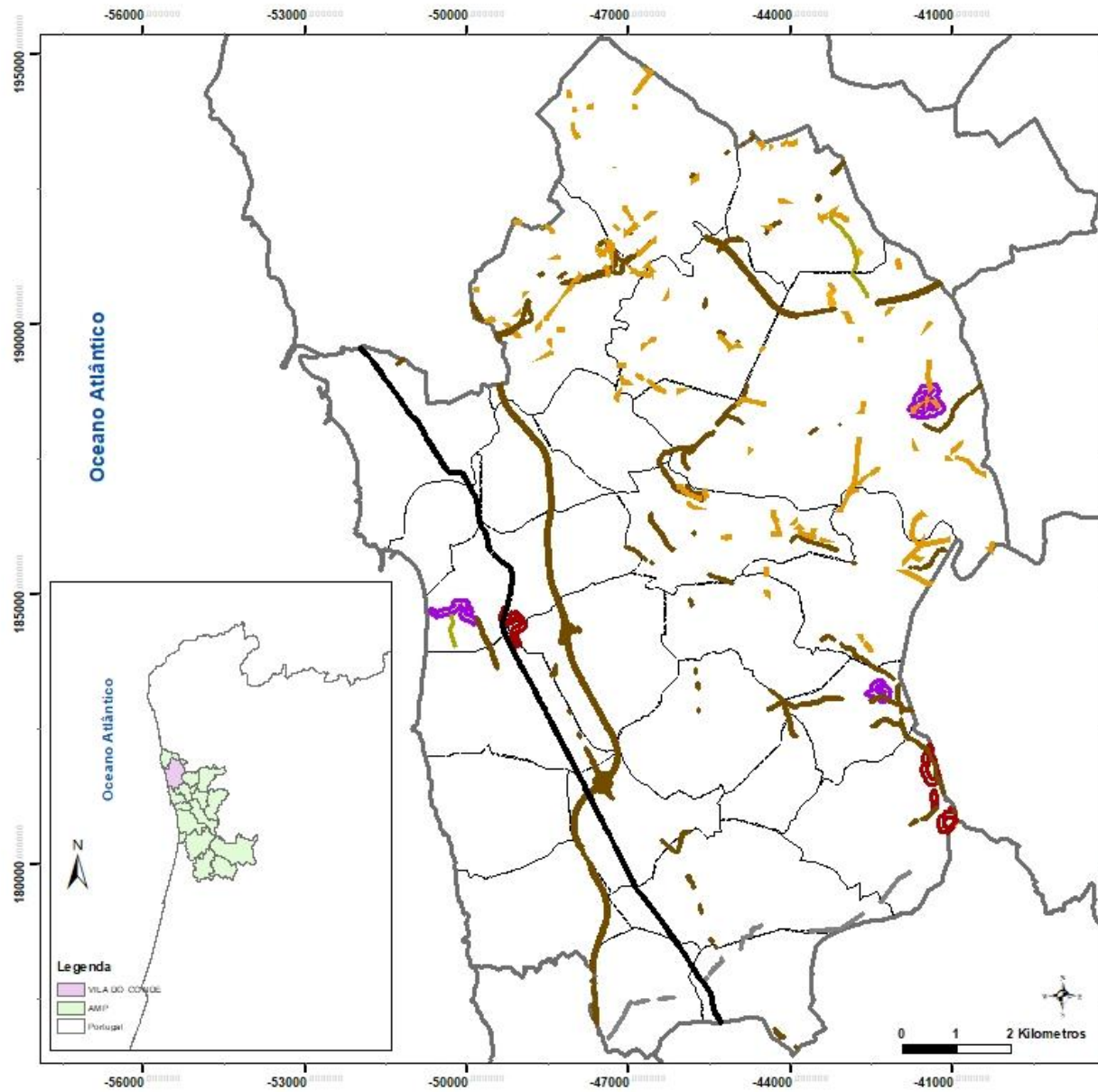
DE ACORDO COM O DISPONIBILIZADO NO GLOSSÁRIO DO PNA

A atribuição de responsabilidades prevista nos projetos do Programa Regional de Ação do Norte é efetuada com a instituição de um modelo de matriz de responsabilidade designada de RASCIF de acordo com a codificação abaixo:

R	<p>Responsável</p> <p>A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.</p>
A	<p>Autoriza</p> <p>A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada.</p>
S	<p>Suporta</p> <p>As entidades que suportam R a realizar a ação, fornecendo recursos para o fazer.</p>
C	<p>Consultado</p> <p>As entidades que são consultadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a emissão de um parecer, de um contributo técnico ou de reporte de impacto.</p>
I	<p>Informado</p> <p>As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.</p>
F	<p>Fiscaliza</p> <p>A entidade que fiscaliza a execução da ação, verificando a conformidade no que respeita às normas aplicáveis.</p>





CARTOGRAFIA DE DETALHE







MAPA DE EXTENSÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO NO CONCELHO DE VILA DO CONDE PME 2026

Legenda

-  CAOP versão 2024.1 (data de publicação: Agosto 2025)
-  Concelhos vizinhos

Rede Secundária, A no 2026

-  Código 10 - FGC 7 m, Rede elétrica
-  Código 4 - FGC 10 m, Rede viária
-  Código 5 - FGC 10 m, Metro do Porto
-  Código 6 - FGC 7 m, Gasoduto

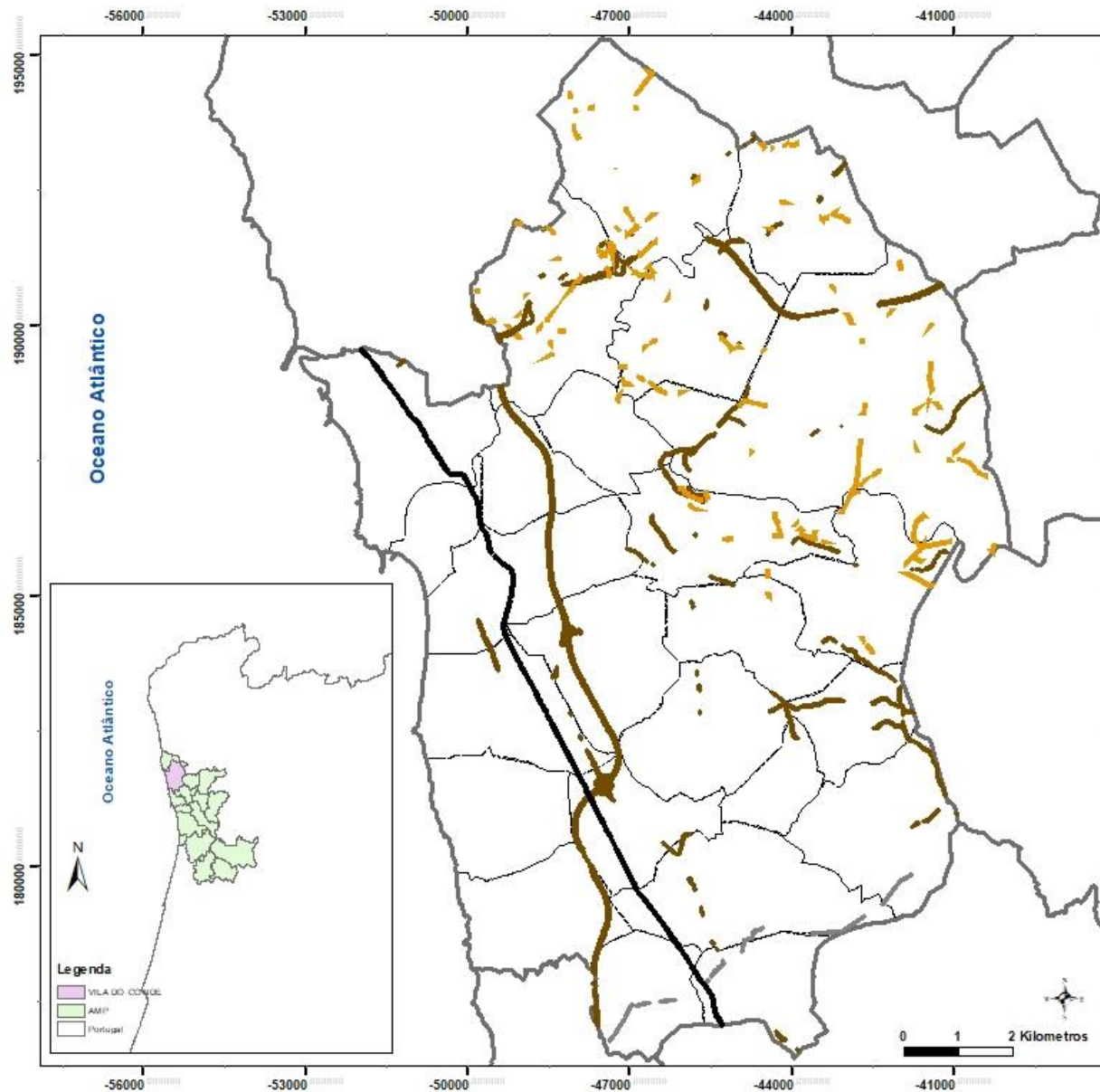
Manchas florestais contínuas com mais de 100 ha

-  Código 1 - FGC 50 m Edificações
-  Código 2 - FGC 100 m, Áreas edificadas
-  Código 3 - FGC 100 m, Industrias Parque de Campismo

Rede Viária Florestal



-  Beneficiação

Projeção Cartográfica: PT-TM06/ETR S89	
Fonte: Câmara Municipal de Vila do Conde	
Data de Elaboração: fevereiro 2026	
 CÂMARA MUNICIPAL VILA DO CONDE	<p>Mapa nº 2</p>







MAPA
FGC DA REDE SECUNDÁRIA
DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO
NO CONCELHO DE VILA DO CONDE
PME 2026 | FICHA 2.2.1.3

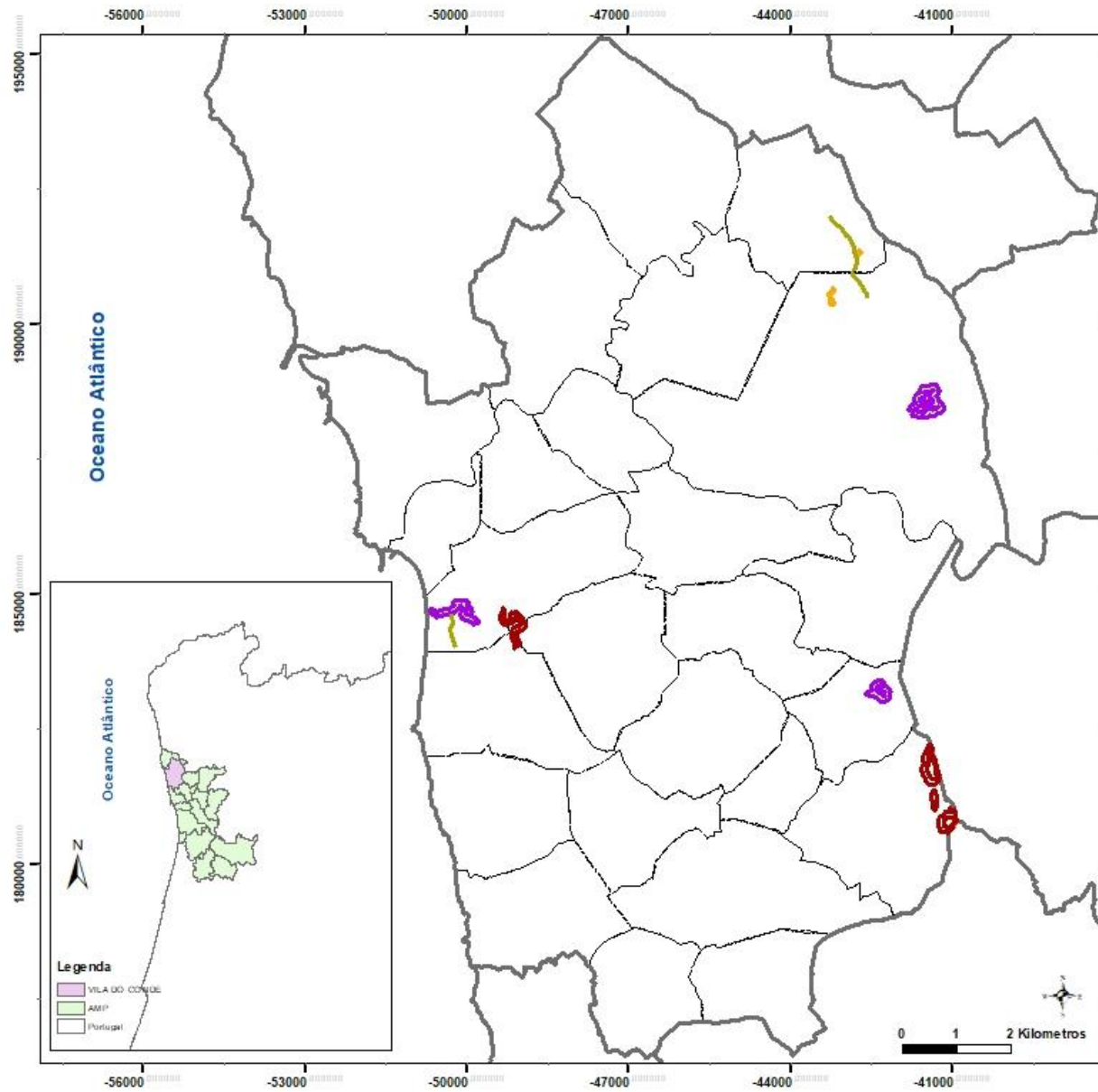
Legenda

-  CAOP versão 2024.1
(data de publicação: Agosto 2025)
-  Concelhos vizinhos

Rede Secundária, A no 2026



-  Código 10 - FGC 7 m, Rede elétrica
-  Código 4 - FGC 10 m, Rede viária
-  Código 5 - FGC 10 m, Metro do Porto
-  Código 6 - FGC 7 m, Gasoduto

Projeção Cartográfica: PT-TM06/ETR S89	
Fonte: Câmara Municipal de Vila do Conde	
Data de Elaboração: fevereiro 2026	
 CÂMARA MUNICIPAL VILA DO CONDE	<p>Mapa nº 3</p>



MAPA
FGC DA REDE SECUNDÁRIA
DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO
NO CONCELHO DE VILA DO CONDE
PME 2026 | FICHA 2.2.1.3

Legenda

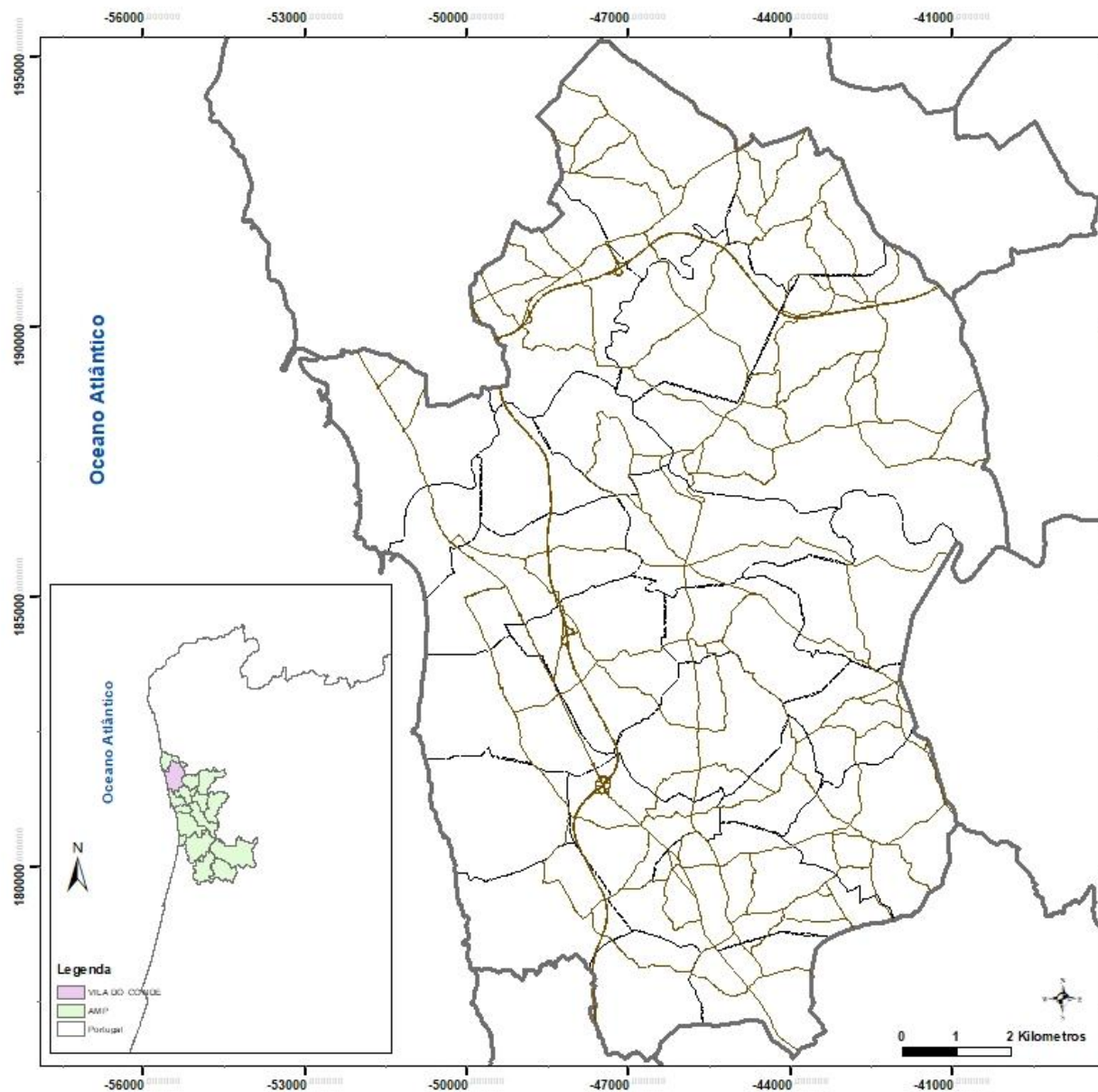
-  CAOP versão 2024.1
(data de publicação: Agosto 2025)
-  Concelhos vizinhos

Rede Secundária, A no 2026

**Manchas florestais contínuas
com mais de 100 ha**



-  Código 1 - FGC 50 m Edificações
-  Código 2 - FGC 100 m, Áreas edificadas
-  Código 3 - FGC 100 m, Industrias
Parque de Campismo

Projecção Cartográfica: PT-TM06/ETR S89	
Fonte: Câmara Municipal de Vila do Conde	
Data de Elaboração: fevereiro 2026	
 CÂMARA MUNICIPAL VILA DO CONDE	Mapa nº 4



MAPA
REDE VIÁRIA FLORESTAL
DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO
NO CONCELHO DE VILA DO CONDE
PME 2026 | FICHA PT11D 2.3.1.5

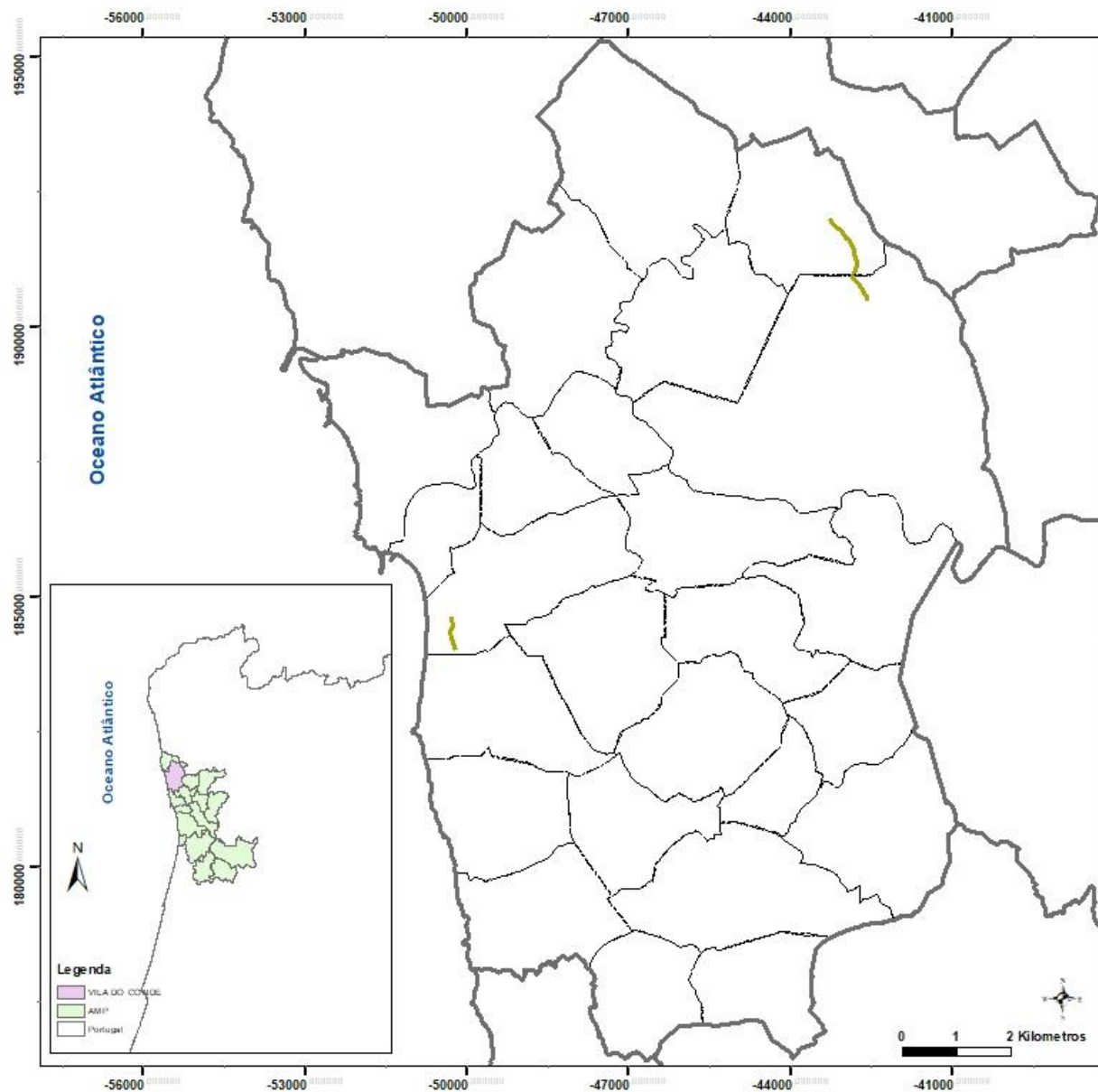
Legenda

-  CAOP versão 2024.1
(data de publicação: Agosto 2025)
-  Concelhos vizinhos

Rede Viária Florestal



-  Rede Viária Florestal

Projeção Cartográfica: PT-TM06/ETR S89	
Fonte: Câmara Municipal de Vila do Conde	
Data de Elaboração: fevereiro 2026	
 CÂMARA MUNICIPAL VILA DO CONDE	Mapa nº 5



MAPA
REDE VIÁRIA FLORESTAL
DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO
NO CONCELHO DE VILA DO CONDE
PME 2026 | FICHA PT11D 2.3.1.5

Legenda

-  CAOP versão 2024.1
(data de publicação: Agosto 2025)
-  Concelhos vizinhos

Rede Viária Florestal

-  Beneficiação

Projeção Cartográfica: PT-TM06/ETR S89	
Fonte: Câmara Municipal de Vila do Conde	
Data de Elaboração: fevereiro 2026	
 CÂMARA MUNICIPAL VILA DO CONDE	<p>Mapa nº 6</p>